

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

PRÁTICAS CORPORAIS DE AVENTURA NA BNCC E A ATUAÇÃO DE
PROFESSORES NO ENSINO FUNDAMENTAL

JÚLIO CÉSAR CORDEIRO FILHO

SÃO LUÍS

2024

JÚLIO CÉSAR CORDEIRO FILHO

**PRÁTICAS CORPORAIS DE AVENTURA NA BNCC E A ATUAÇÃO DE
PROFESSORES NO ENSINO FUNDAMENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal do Maranhão como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciatura em Educação Física.

Orientador: Prof. Dr. Alex Fabiano Santos Bezerra

SÃO LUÍS

2024

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Cordeiro Filho, Júlio César.

PRÁTICAS CORPORAIS DE AVENTURA NA BNCC E A ATUAÇÃO DE
PROFESSORES NO ENSINO FUNDAMENTAL / Júlio César Cordeiro
Filho. - 2024.

41 f.

Orientador(a): Alex Fabiano Bezerra.

Monografia (Graduação) - Curso de Educação Física,
Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2024.

1. Educação Física. 2. Conteúdos. 3. Práticas
Corporais. 4. . 5. . I. Bezerra, Alex Fabiano. II.
Título.

JÚLIO CÉSAR CORDEIRO FILHO

**PRÁTICAS CORPORAIS DE AVENTURA NA BNCC E A ATUAÇÃO DE
PROFESSORES NO ENSINO FUNDAMENTAL**

Aprovada em: ____/____/2024

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Alex Fabiano Santos Bezerra
(Orientador)

1º Examinador

2º Examinador

*Tudo aquilo que não nos mata..
nos fortalece*

Netze

A meus pais Júlio César Cordeiro e
Joseilda Tavares de Lima por se a base
de minha instrução familiar.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente à Deus, pela minha saúde, família e amigos, por me dar determinação, sabedoria, paciência e vontade de vencer todas as barreiras e dificuldades as quais tive que passar para alcançar meus objetivos.

A minha família, pai, mãe e irmãos, que são e sempre serão o alicerce do meu caráter e personalidade na qual fui forjado.

A minha esposa e filha que estão ao meu lado me auxiliando e dando forças para que eu possa concluir essa jornada árdua, tornando-a mais leve possível e distribuindo o fardo das minhas responsabilidades diárias.

Aos meus amigos de verdade que sempre estão ao meu lado em todos os momentos, aconselhando, ouvindo, e sendo uma muleta para os dias de dificuldades, quando as pernas fraquejam na caminhada.

Aos professores que da minha vida inteira que foram responsáveis por moldar todo o conhecimento absorvido durante o desenvolvimento do intelecto aos passar dos anos, desde o jardim à graduação.

Em especial ao professor Alex Fabiano Bezerra, por ser meu orientador e além de um mestre, é um amigo que orienta, conduz sempre com muita maestria, competência, alegria e empolgação os caminhos do conhecimento na graduação de Licenciatura em Educação Física, nessa Instituição. Uma verdade fonte de inspiração para todas as gerações as quais já passaram por sua batuta e que ainda irão ter o privilégio de passar.

RESUMO

Estudo das práticas corporais de aventura a partir da Base nacional Comum Curricular e a relação da atuação de professores de Educação Física no Ensino Fundamental. O objetivo do estudo foi estudar as práticas corporais de aventura enquanto conteúdo nas aulas de Educação Física escolar no Ensino Fundamental a luz da BNCC. Os objetivos específicos foram: levantar a evolução do estudo das práticas corporais de aventura nos documentos oficiais do país que culminaram com a entrada desse conteúdo na BNCC; Identificar as dificuldades de professores de Educação Física em operacionalizar as práticas corporais no rol de conteúdos da Educação Física escolar. A metodologia envolveu uma pesquisa documental a fim de levantar os indícios da construção da documental que culminou com a entrada desse conteúdo na BNCC. Os capítulos do estudo inicialmente buscaram refletir sobre as práticas corporais enquanto conteúdo para a área da Educação Física. Posteriormente estudou-se a evolução, classificação e caracterização das atividades e aventura na natureza. Em outro seguinte levanta-se como ocorreu a organização da produção científica, levanta-se a legislação sobre o tema, e traz-se os programas governamentais de incentivo as atividades e aventura na natureza. Por fim, discute-se as práticas corporais no âmbito de aplicação da escola a partir da Base Nacional Comum Curricular.

Palavras-Chave: Educação Física – Conteúdos – Práticas Corporais

ABSTRACT

This study explores adventure body practices within the framework of the National Common Curricular Base (BNCC) and their relation to the role of Physical Education teachers in Elementary Schools. The primary objective was to examine adventure body practices as content in Physical Education classes at the Elementary School level, as outlined by the BNCC. Specific goals included: reviewing the historical development of adventure body practices in official national documents, which led to their inclusion in the BNCC; and identifying the challenges Physical Education teachers face in implementing these practices as part of the curriculum. The methodology involved documentary research to gather evidence of the processes that culminated in the incorporation of this content into the BNCC. The initial chapters reflect on bodily practices as content within the scope of Physical Education. Subsequently, the evolution, classification, and characterization of adventure activities in nature were analyzed. Another section discusses the organization of scientific literature, relevant legislation, and government programs aimed at promoting adventure activities in nature. The final section examines the application of these bodily practices in schools, as structured by the National Common Curricular Base.

Keywords: Physical Education – Curriculum – Body Practices – Adventure

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. CONTEÚDOS E PRÁTICAS CORPORAIS DA EDUCAÇÃO FÍSICA.....	13
3. EVOLUÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PRÁTICAS CORPORAIS DE AVENTURA	17
3.1 EVOLUÇÃO DAS PRÁTICAS DE AVBENTURA.....	17
3.2. CARACTERIZAÇÃO DAS PRÁTICAS CORPORAIS DE AVENTURA	20
3.3 CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES DE AVENTURA	24
4. ORGANIZAÇÃO, LEGISLAÇÃO, E PROGRAMAS DE GOVERNO	28
4.1 ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA.....	28
4.2 LEGISLAÇÃO E AFAN'S.....	31
4.3 PROGRAMAS GOVERMNAMENTAIS E AS AFAN'S.....	33
4. PRÁTICAS CORPORAIS DE AVENTURA NO ENSINO FUNDAMENTAL.	35
5. CONCLUSÃO.....	39
REFERENCIAS.....	41

1. INTRODUÇÃO

As atividades de aventura na natureza (AFAN's) têm ganhado expressiva importância nos últimos anos em relação a inovação das práticas, novos adeptos em diversas faixas de idade, novos ambientes de prática, inovações e equipamentos, e principalmente novos olhares da ciência. Movimentar-se ao ar livre independente do ambiente, tem levado a experiência com vista a educação das pessoas em respeito ao ambiente e também, com vistas a trazer novas perspectivas do uso das práticas como conteúdo de auxílio ao processo de educação.

Em se tratando de área de conhecimento as Atividades e Aventura tem se estabelecido na área da Educação Física como uma forte sub-área do conhecimento da Educação Física. Isso significa que podemos utilizar essa temática como fonte de conteúdo para o ensino e exploração da motricidade de crianças e jovens na idade escolar.

A Base Nacional Comum Curricular avançou em nomear em práticas corporais de aventura para marcar esses conhecimentos como novo conhecimento a ser explorado nas aulas de Educação Física nas escolas. Para isso acontecer é necessário que os cursos de formação na área e os próprios profissionais se interessem em proporcionar essas práticas ao alunado.

A BNCC, enquanto documento norteador do currículo educacional brasileiro, estabelece competências e habilidades que devem ser desenvolvidas nos alunos, e as práticas corporais de aventura surgem como uma proposta inovadora para atingir tais objetivos. Neste contexto, o papel do professor é fundamental. Ele não apenas transmite conhecimentos, mas também atua como mediador de experiências significativas que podem contribuir para a formação integral dos estudantes.

As práticas corporais de aventura, que incluem atividades como escalada, canoagem e orientação, desafiam os alunos a saírem de sua zona de conforto, promovendo o desenvolvimento de habilidades sócio emocionais, como cooperação, liderança e resiliência.

Através deste trabalho, busca-se compreender como os professores podem incorporar essas práticas ao currículo do ensino médio, alinhando-as aos princípios e diretrizes da BNCC, e quais são os desafios e possibilidades que emergem dessa integração. Assim, este estudo não só contribui para o campo acadêmico, mas

também oferece insights práticos para os educadores que desejam enriquecer suas aulas e estimular o desenvolvimento pleno de seus alunos.

O objetivo do estudo foi estudar as práticas corporais de aventura enquanto conteúdo nas aulas de Educação Física escolar no Ensino Fundamental a luz da BNCC. Os objetivos específicos foram: levantar a evolução do estudo das práticas corporais de aventura nos documentos oficiais do país que culminaram com a entrada desse conteúdo na BNCC; Identificar as dificuldades de professores de Educação Física em operacionalizar as práticas corporais no rol de conteúdos da Educação Física escolar.

O estudo justifica-se que necessidade de entender os desafios e as oportunidades que os professores enfrentam ao oferecer as práticas corporais de aventura no ensino médio. Avaliar o impacto dessas práticas no desenvolvimento físico, cognitivo e sócio emocional dos alunos, pode permitir propor recomendações para uma aplicação eficaz das práticas corporais de aventura, alinhadas aos objetivos educacionais da BNCC. Assim, estudar essa área pode nos fornecer diretrizes práticas, para os profissionais da Educação Física que atuam no ambiente escolar, contribuindo com todo o processo de ressignificação da Educação Física para os alunos.

A metodologia envolveu uma pesquisa documental, a fim de levantar os indícios da construção do documento oficial que culminou com a entrada desse conteúdo na BNCC.

O trabalho de conclusão de curso está foi construído inicialmente com o levantamento da problemática do estudo e definição dos objetivos. Em seguida, buscou-se refletir sobre as práticas corporais enquanto conteúdo para a área da Educação Física, a evolução, classificação e caracterização das atividades e aventura na natureza. Em outro momento estudou-se a organização da produção científica, legislação e programas governamentais de incentivo as Atividades e Aventura na natureza. Por fim, discute-se as práticas corporais no âmbito de aplicação da escola a partir da Base Nacional Comum Curricular.

2. CONTEÚDOS E PRÁTICAS CORPORAIS DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Os conteúdos da Educação Física, apresentam as dimensões conceitual, procedimental e atitudinal, nesse capítulo, iremos analisar a importância e a influência dessa classificação, para a educação física escolar. (ZABALA, 1998). Para uma melhor compreensão desses conteúdos, é preciso deixar claro a definição desses conceitos, já que são bastante difundidos, porém, muitas vezes mal compreendidos.

Segundo (COLL et all. 2000) definem conteúdo como uma seleção de formas ou saberes culturais, conceitos, explicações, raciocínios, habilidades, linguagens, valores, crenças, sentimentos, atitudes, interesses, modelos de conduta, etc, cuja assimilação é considerada essencial para que se produza um desenvolvimento e uma socialização adequada ao aluno. Vale ressaltar que nem todos os saberes culturais ou formas, implicam em ser considerados conteúdos curriculares, haja vista que eles são escolhidos de forma sistemática, objetivando a instrução e o conhecimento, viabilizados pelos métodos de transmissão e assimilação.

É preciso lembrar, que ao longo da história da educação determinados tipos de conteúdo, sobretudo aqueles relativos a fatos e conceitos, tiveram e ainda têm uma presença desproporcional nas propostas curriculares (COLL et al., 2000; ZABALA, 1998). O termo "conteúdo" está ligado basicamente, aos conceitos das disciplinas referentes a nomes, conceitos e princípios que se deve aprender, em relação a determinada forma ou saber cultural.

A classificação dos conteúdos, estão baseadas nas seguintes questões, "o que se deve saber?" (dimensão conceitual), "o que se deve saber fazer?" (dimensão procedimental), e "como se deve ser?" (dimensão atitudinal), com a finalidade de alcançar os objetivos educacionais. (ZABALA, 1998).

Analisemos agora a natureza dos conteúdos conceitual, procedimental e atitudinal.

A dimensão conceitual está relacionada aos conceitos presentes na base da construção da identidade das ações pedagógicas, são exemplos desses conteúdos os conceitos de corpo, saúde, esporte, qualidade de vida etc. (ZABALA, 1998).

Nesse sentido, pode-se verificar na dimensão conceitual relacionada área da Educação Física, as mudanças as quais a sociedade passou ao longo do tempo, como o aumento do sedentarismo, graças ao avanço das tecnologias, assim como

as transformações que os esportes sofreram com a evolução sócio cultural da nossa sociedade.

Como exemplo, o futebol que nas suas origens, era praticado pela elite e hoje é um esporte popular e de livre acesso, praticado por todas as classes sociais. Os conceitos são dinâmicos, pois mudam de acordo com o tempo e a evolução cultural da sociedade.

Na dimensão procedimental é evidenciado a prática, o vivenciar fundamentos básicos dos esportes, danças, ginásticas, lutas, etc. Temos como exemplo, o chute a gol ou o passe, utilizados pelos jogadores de futebol, que faz parte dos fundamentos daquele esporte, que é aprendido pelos participantes durante os primeiros contatos com esse esporte. A aprendizagem desses conteúdos implica, assim, a realização de ações e a reflexão sobre a atividade. (ZABALA, 1998).

A dimensão atitudinal é reconhecida pelos valores adquiridos durante o aprendizado dos conceitos éticos, morais, atitudes, normas e regras determinadas pelo grupo social a que o indivíduo pertence. Esses conteúdos são determinados por componentes cognitivos, afetivos e de conduta. Respeitar os adversários, os colegas e resolver os problemas com atitudes de diálogo e não violência. (ZABALA, 1998).

O importante na dimensão atitudinal, é aquilo de importante que o indivíduo absorver de bom, que sirva para que ele possa levar como aprendizado para o resto da vida.

Na Educação Física escolar, por conta da sua trajetória histórica e tradição por parte dos docentes, houve sempre um direcionamento dos conteúdos, pelo de ordem Procedimental. É preciso superar essa perspectiva e envolver também as dimensões atitudinal e conceitual.

Com essa leitura da prática pedagógica, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) da área da Educação Física, sugerem que as atitudes, os conceitos e os procedimentos dos conteúdos sejam trabalhados em toda a dimensão da cultura corporal, envolvendo, dessa forma, o conhecimento sobre o corpo, esportes, jogos, lutas, ginásticas, atividades rítmicas e expressivas (BRASIL, 1998).

As práticas corporais (PACs), surgem como manifestações culturais, que possibilitam uma excelente condição para a ampliação dos números de participantes, visto que possuem um grande atrativo, assim como riqueza cultural,

significando maior construção de uma formação integral, aumentando o vínculo dos seus participantes com os processos de educativos formais.

Em sintonia com os processos de educativos gerias, o esporte na escola, visa um maior acesso e aprendizagem das diferentes práticas corporais, sendo um direito de todos. Essas manifestações culturais, devem centrar-se na formação integral e emancipadora, de modo que todos possam participar das atividades organizadas, para aprender com as experiências, e sentindo-se aptos a uma prática autônoma.

A educação física na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) insere-se na área das “Linguagens”, juntamente com os componentes curriculares: Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna e Arte. A área de Linguagens, como explicita o documento: “[...] trata dos conhecimentos relativos à atuação dos sujeitos em práticas de linguagem, em variadas esferas da comunicação humana, das mais cotidianas às mais formais e elaboradas”. (BRASIL, 2015)

Conforme o documento esses conhecimentos possibilitam mobilizar e ampliar “[...] recursos expressivos, para construir sentidos com o outro em diferentes campos de atuação. Propiciam, ainda, compreender como o ser humano se constitui como sujeito e como age no mundo social em interações mediadas por palavras, imagens, sons, gestos e movimentos” (BRASIL, 2015, p. 29).

O objetivo é que o aluno possa construir através da sua subjetividade, uma formação através da interação com as práticas de linguagens; da reflexão sobre os usos das linguagens; da compreensão da diversidade de manifestações linguísticas, artísticas e de práticas corporais; da interação com o outro, usando expedientes comunicativos e expressivos; reconhecimento da dimensão poética e estética como constitutiva das linguagens.

No contexto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), as Práticas Corporais de Aventura são integradas ao rol de conteúdos do ensino fundamental, visando ao desenvolvimento de competências como autonomia, trabalho em equipe, resolução de problemas e superação de desafios. Além disso, essas atividades promovem a criatividade, a cooperação e a consciência ambiental, enriquecendo o aprendizado dos alunos.

Para viabilizar a inclusão das Práticas Corporais de Aventura no currículo, é fundamental o papel dos professores do ensino fundamental, que devem estar preparados para planejar e organizar atividades adequadas à faixa etária dos alunos, considerando suas condições físicas e emocionais. Além disso, é essencial

que os professores priorizem a segurança dos estudantes, realizando um planejamento prévio das atividades, avaliando os riscos e implementando medidas de segurança apropriadas.

A capacitação de professores por meio de cursos de formação continuada e vivências de práticas de aventura na natureza é crucial para que possam transmitir os conhecimentos de forma segura e eficaz, oferecendo aos alunos experiências enriquecedoras e desafiadoras, preparando-os para os desafios futuros e promovendo uma educação mais ampla e significativa.

3. EVOLUÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PRÁTICAS CORPORAIS DE AVENTURA

Esse tópico versará sobre o processo de evolução das AFAN's, a caracterização e classificação de acordo com os ambientes de prática.

3.1 EVOLUÇÃO DAS PRÁTICAS DE AVBENTURA

Segundo (MARTINELE 2016, p.77). “A criação da Base Nacional Comum Curricular, prevista na Constituição Federal Brasileira de 1988, repercutiu na sociedade brasileira, especialmente em entidades e instituições ligadas à educação”. (MARTINELE 2016) A primeira versão da Base Comum Curricular (BNCC), foi marcada por críticas, mesmo sendo criada por especialistas convidados do MEC, foi disponibilizada até 13/03/2016 à sociedade civil para apreciação pública e para comentários gerais e/ou sugestões sobre o documento.

Instituições de ensino superior em todo o Brasil, começaram a debater e a sugerir mudanças na BNCC, no âmbito da educação física, foram promovidos fóruns de discussões em instituições ligadas à área, após esse processo em âmbito nacional e nos estados, foram apresentadas mudanças e reformulações de alguns pontos do primeiro documento, o MEC procedeu à avaliação das sugestões

As práticas corporais de aventura têm uma evolução histórica que acompanha a trajetória da humanidade, refletindo a busca por desafios, superação de limites e conexão com a natureza. Desde os primórdios, a necessidade de enfrentar obstáculos naturais impulsionou o desenvolvimento de técnicas e equipamentos.

“Foi a superação de obstáculos naturais que forçou a humanidade a criar técnicas e equipamentos no caminhar destes séculos, os quais serviram de base para as aventuras realizadas hoje em dia, por esportistas ou por interessados em aventuras em finais de semana. Indivíduos em busca de um retorno à essência humana, de reaproximação ao meio natural e ao desejo do desafio e superação de limites.” (OLIVEIRA et al., 2014, p.103)

Na antiguidade, atividades como caça, pesca e deslocamento em terrenos acidentados eram essenciais para a sobrevivência e exigiam o domínio de habilidades físicas e mentais. Instrumentos simples, como lanças e cordas, eram utilizados para auxiliar nessas tarefas.

Com o passar dos séculos, especialmente durante a era das grandes navegações e explorações, surgiram técnicas e equipamentos mais sofisticados, como navios, bússolas e instrumentos de navegação, que permitiram a conquista de novos territórios e a superação de desafios marítimos.

Durante os séculos XIX e XX, com o desenvolvimento industrial e tecnológico, surgiram novas oportunidades para a prática de atividades de aventura. O montanhismo, por exemplo, ganhou popularidade com a conquista de grandes picos, como o Monte Everest. Nesse período, também foram desenvolvidos equipamentos específicos, como cordas, mosquetões, capacetes e roupas adequadas, que aumentaram a segurança e o desempenho dos praticantes.

“Depois da Segunda Guerra, foram disponibilizados novos equipamentos para a mortífera empreitada do homem “contra” a natureza. Produzidos para soldados alpinos e aviadores ambiciosos, uma série de itens, como tanques de oxigênio, estufas desmontáveis, walkie-talkies (rádios de comunicação), roupas confortáveis, foram ansiosamente adquiridas para dar continuidade às expedições.” (BEZERRA,2013, n.p)

Segundo o Grupo (VOLL 2024), com o advento do turismo e da cultura do lazer, as práticas corporais de aventura se tornaram mais acessíveis e diversificadas. Esportes como escalada, surfe, paraquedismo, rafting, entre outros, O termo esporte radical surgiu no final da década de 1980 e passaram a fazer parte do cotidiano de muitas pessoas, impulsionando a inovação e o aprimoramento dos equipamentos utilizados, como pranchas de surfe mais leves e resistentes, cordas mais seguras e mochilas ergonômicas.

Atualmente, a evolução das práticas corporais de aventura continua, com o surgimento de novas modalidades, como o *parkour* e o *stand up paddle*, e a constante inovação em equipamentos, impulsionada pela tecnologia e pela busca por desafios cada vez mais extremos

Segundo a SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ (2024), Aventura no Brasil têm suas raízes nas atividades tradicionais de exploração e sobrevivência das populações indígenas e dos primeiros colonizadores. Com o tempo, essas atividades foram se desenvolvendo e se diversificando, refletindo as características geográficas, culturais e históricas do país.

No contexto brasileiro, as práticas de aventura começaram a ganhar destaque durante o século XIX, com a exploração de regiões inexploradas da Amazônia e do interior do país. “Expedições científicas, como a Comissão Geológica do Império, contribuíram para o mapeamento e a descoberta de novas áreas, impulsionando o interesse por atividades como escalada, *trekking* e exploração de cavernas.” (FIGUEIRÔA,2001)

De acordo com (FIGUEIREDO e CAMPOS 2011, p.39), “Os esportes de aventura na natureza surgiram na década de 1970 nos países desenvolvidos e se consolidaram na década de 1990 com os novos hábitos e gostos da sociedade pós-industrial”. Em decorrência disso, o crescimento do turismo e da cultura do lazer, as práticas corporais de aventura se popularizaram ainda mais no Brasil. Esportes como surf, paraquedismo, rafting e escalada ganharam espaço entre os brasileiros, influenciados pelas tendências internacionais e pela busca por experiências emocionantes e contato com a natureza.

A evolução das práticas corporais de aventura no Brasil e no mundo reflete uma crescente busca por experiências emocionantes e contato com a natureza. De acordo com (CORRÊA E DELGAD 2016), “ nas últimas décadas é possível perceber um aumento no número de pessoas que buscam, no contato mais próximo com o meio natural, a aventura e o risco “controlado”, um significado particular para suas vidas, tanto na esfera bucólica, como de lazer ou nas práticas esportivas e educacionais, atribuindo-lhes também outras perspectivas”.

[...] “na unidade temática Práticas corporais de aventura, exploram-se expressões e formas de experimentação corporal centradas nas perícias e proezas provocadas pelas situações de imprevisibilidade que se apresentam quando o praticante interage com um ambiente desafiador. Algumas dessas práticas costumam receber outras denominações, como esportes de risco, esportes alternativos e esportes extremos. Assim como as demais práticas, elas são objeto também de diferentes classificações, conforme o critério que se utilize. Neste documento, optou-se por diferenciá-las com base no ambiente de que necessitam para ser realizadas: na natureza e urbanas. As práticas de aventura na natureza se caracterizam por explorar as incertezas que o ambiente físico cria para o praticante na geração da vertigem e do risco controlado, como em corrida orientada, corrida de aventura, corridas de mountain bike, rapel, tirolesa, arborismo etc. Já as práticas de aventura urbanas exploram a “paisagem de cimento” para produzir essas condições (vertigem e risco controlado) durante a prática de parkour, skate, patins, bike etc.” (BRASIL, 2018, s/p).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) sugere que as Práticas Corporais de Aventura (PCAs) sejam classificadas como 'na natureza' ou 'urbanas', dependendo do local onde são realizadas. No entanto, isso é apenas uma orientação, não uma regra estrita. Por exemplo, atividades como corridas de orientação ou de aventura podem ser realizadas tanto em ambientes urbanos quanto na natureza. Essas diretrizes da BNCC incentivam a reflexão sobre como as PCAs podem ser implementadas no contexto escolar, considerando as características específicas de cada escola, incluindo seu layout, pátio, edifícios e espaços abertos ou fechados.

As práticas corporais de aventura podem ser agrupadas, da seguinte maneira:

a) Ambiente pessoal, em que as atividades podem ser organizadas de acordo com sensações (relaxamento/estresse), emoções (hedonismo/ascetismo) e recursos biotecnológicos (corpo/animal/artefato mecânico tecnológico); b) Impactos ambientais, que podem ser gerados pelas práticas de aventura em diferentes níveis (elevados/medianos/reduzidos); c) Ambiente social, ou seja, atividades realizadas individualmente, em grupo sem colaboração e em grupo com colaboração; d) Ambiente Físico, como o meio empregado para a realização das atividades (ar/terra/água). (FRANCO; CAVASINI; DÁRIO, 2014, p.105, apud BETRÁN 2003)

As práticas corporais de aventura, destacando que a classificação mais comum é baseada no ambiente físico. (BETRÁN 2003), menciona que existem muitas modalidades e que novas estão sempre surgindo. Também enfatiza a amplitude e as possibilidades dessas práticas.

No entanto, vale ressaltar que as práticas de aventura motorizadas não foram incluídas nos exemplos, pois não são consideradas adequadas para iniciativas educacionais escolares. Apesar disso, reconhece que, apesar dos impactos ambientais significativos que podem ser causados por veículos *off-road*, lanchas, *jet skis*, ultraleves e asas-delta motorizadas, essas práticas também fazem parte do universo das práticas corporais de aventura.

3.2. CARACTERIZAÇÃO DAS PRÁTICAS CORPORAIS DE AVENTURA

As práticas corporais de aventura são classificadas de acordo com ambiente da prática, tendo como ponto de referência os elementos da natureza: terra, água, ar. O quadro a seguir traz as práticas realizadas na terra.

PRATICADAS EM TERRA	BREVE DESCRIÇÃO
<i>Caving</i>	Exploração de diferentes tipos de cavernas que se empregam técnicas variadas
Corrida de aventura	Prática competitiva que objetiva o deslocamento entre pontos em locais naturais, contendo diversas modalidades de aventura encadeadas
Corrida de Orientação	Prática competitiva que emprega mapa específico e bússola para navegar entre pontos determinados
Arvorismo	Prática focada na superação de desafios e obstáculos, geralmente construídos entre plataformas suspensas nas árvores
Escalada	Prática cujo objetivo é, normalmente, ascender em estruturas com diferentes graus de dificuldade, como rochas e muros de escalada.
<i>Mountain bike</i>	Prática de ciclismo realizada em espaços naturais como trilhas.
<i>Parkour</i>	Deslocamento de um ponto para outro, usando habilidades corporais para a superação de obstáculos.
<i>Skate</i>	Prática que emprega equipamento, normalmente composto por prancha e eixos com rodas, para a realização de diferentes movimentos e manobras
<i>Slackline</i>	Deslocamento realizado sobre uma fita tubular presa entre pontos que estão acima do solo
<i>Trekking</i>	Prática centrada na caminhada, normalmente, em trilhas e espaços naturais, podendo ser competitiva ou não.

Quadro 1. Quadro de descrição das modalidades praticadas na terra (BETRÂN, 2003).

O quadro acima cita demonstra algumas das Práticas Corporais de Aventura que são praticados na terra, em locais como cavernas, trilhas, superando obstáculos e às vezes sendo necessário uso de mapas e bússola.

O Maranhão apresenta uma grande variedade de biomas, sua vegetação é composta por manguezais no litoral, mata de cocais encontrada na região leste do estado, floresta amazônica a oeste do estado, e cerrado ao sul. Todo esse potencial ambiental possibilita uma diversidade de práticas corporais de aventuras.

Temos os exemplos do *caving*, explorando as cavernas na região da chapada das mesas em Carolina, Riachão, também a escalada na mesma área, a corrida de orientação e o *trakking*, que podem ser praticados na região da Amazônia legal e lençóis maranhenses em Barreirinhas, Santo Amaro e municípios vizinhos

A água nos conecta com a natureza e proporciona momentos de relaxamento, contemplação, e nos convida as práticas corporais de aventuras. A água é um elemento vital para a vida e desempenha um papel fundamental em diversas atividades, como na canoagem, o mergulho, o *surf*, e as demais práticas de aventuras que nos proporcionam muita diversão, lazer e aventuras.

PRÁTICADAS NA ÁGUA	BREVE DESCRIÇÃO
Canoagem	Prática realizada em mares, lagos, rios, piscinas ou outros espaços e que emprega caiaques, canoas ou botes.
Kitesurfe	Prática que emprega uma espécie de pipa e uma pequena prancha com uma estrutura de suporte para os pés.
Mergulho	Prática subaquática que é realizada com ou sem equipamentos específicos
Rafting	Modalidade da canoagem que, normalmente, emprega botes infláveis para a descida de corredeiras
<i>Stand up Paddle</i>	Prática realizada com uma prancha, similar à usada no surfe, que também emprega um remo
Surfe	Prática realizada com diferentes tipos de pranchas que objetiva deslizar sobre ondas e realizar manobras
<i>Acqua ride</i> ou bóia cross	Consiste em descer corredeiras deitado ou sentado sobre uma câmara de ar em formato ovalado.
Windsurfe	Prática realizada com uma prancha, similar à usada no surfe, que possui mastro e vela.

Quadro 2. Quadro de descrição das modalidades praticadas na água (BETRÁN, 2003).

O quadro mostra caráter dessas práticas que são realizadas em ambientes aquáticos como, mares, rios, lagos e lagoas, sendo necessário para a prática de alguns deles, o uso de equipamentos específicos como: pranchas, boias, câmaras de ar, remos, equipamentos de mergulho, pipa, caiaques, canoas ou botes.

O Maranhão possui rios importantes, e perenes que nunca secam, mesmo no período de estiagem como o rio das Balsas, Gurupi, Itapecuru, Mearim, Parnaíba, Pindaré e Tocantins. Os rios maranhenses são excelentes para as práticas corporais de aventuras na água, como canoagem boia *cross*, *rafting* e também temos um extenso litoral com muito vento, considerado um dos melhores do mundo para a prática do *kitesurf* e o próprio *surf*.

As práticas corporais de aventuras no ar, envolvem muita emoção e adrenalina, são atividades emocionantes praticadas no céu ou em elevadas altitudes como por exemplo o paraquedismo, asa delta, tirolesa etc. No quadro a seguir veremos as práticas de aventura realizada no ar.

PRÁTICADAS NO AR	BREVE DESCRIÇÃO
Asa delta	Prática de voo livre que emprega um tipo de asa feita de materiais rígidos, como tubos de alumínio, e flexíveis, como tecidos.
Balonismo	Deslocamento realizado com balões.
<i>Bungee jump</i>	Salto de estruturas elevadas, como plataformas e pontes, por meio de cordas elásticas

<i>Paragliding</i>	Prática de voo livre que emprega equipamento similar a um paraquedas
Paraquedismo	Saltar de aeronaves empregando paraquedas. Há o <i>base Jump</i> , cujo salto com paraquedas é realizado em pontes, prédios e penhascos.
Tirolesa	Deslizamento realizado com equipamentos individuais, em um cabo de aço fixado entre pontos de diferentes alturas.

Quadro 3. Quadro de descrição das modalidades praticadas no ar (BETRÁN, 2003)

O quadro descreve as práticas em ambiente aéreo, onde os equipamentos são fundamentais para realizar essas atividades com segurança, haja visto suas complexidades, alguns desses equipamentos são: Paraquedas, asas-delta, balões, cabos de aço e poderosas cordas elásticas.

O Maranhão possui excelentes locais com cenários paradisíacos para essas práticas. Alguns pontos já são referência nacionais dessas práticas, destaque para o salto de *Base Jump* na região de Carolina, e o *Boogies* dos Lençóis com o paraquedismo na região de Barreirinhas. Além desses, vários pontos podem ser explorados. Em Carolina e região, possuem elevadas formações rochosas que possibilitam a prática da asa delta, *paraglind*, além da tirolesa

3.3 CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES DE AVENTURA

As atividades de aventura na natureza (AFAN'S), desde seu surgimento recebendo nomenclaturas diversas ao longo do tempo, até a possibilidade de se estabelecer como "sub-área" da Educação Física um grande caminho tem percorrido. Isso porque, como disse Pereira (2010), no Brasil quem mais se aprofundou primeiramente sobre o estudo dos esportes de aventuras foram os aplicados teóricos do lazer, percebendo um surgimento desta atividade que abrangia os comportamentos no tempo livre, destaque para os estudos de: Uvinha (2001), Marinho (2007), Dias (2007).

Era necessário ampliar a mentalidade dos esportes de aventuras cumprindo a função de atividades de lazer e escolar, a compreensão e o conhecimento das capacidades físicas a desenvolver, as habilidades motoras a explorar, a apropriação cultural e esportiva pelas pessoas do lugar. Tudo isso, atrelado aos efeitos da exploração do novo, dos riscos controlados e da contemplação das belezas naturais dos ambientes das práticas. (PERREIRA 2010).

No caso das práticas corporais de aventura, a primeira classificação sistematizada publicitada no Brasil foi a de Betrán e Betrán (1995). A classificação apresentada por esses autores, não tinha como objetivo inicial ser uma ferramenta de ensino das PACs na escola, mas para ser a mais ampla possível para que pudesse auxiliar também, não só a EF, mas outras diversas áreas do conhecimento como a sociologia, economia, turismo etc.

Essa classificação, merece um estudo aprofundado, graças a sua complexibilidade. Segundo (BETRÁN E BETRÁN 1995), para realizar a classificação, partiram de uma seleção de critérios englobados em cinco grupos: 1) o entorno físico, 2) o entorno pessoal, 3) as atividades em si, 4) uma qualificação meio ambiental e 5) o entorno social.

CRITÉRIOS	DESCRIÇÃO
Ambiente Físico	Apresentam o Ar, a Terra e a Água como os meios em que a prática acontece, e ainda que estes meios podem estar nos planos horizontal ou vertical, e serem estáveis ou incertos
Ambiente Pessoal	Indicam a presença de uma dimensão emocional, de uma sensação e de artefatos tecnológicos usados nas práticas, sendo que neste último também está o 'corpo' como único artefato necessário às práticas

Ambiental	Sugerem uma classificação em termos do impacto ambiental produzido pela PCA: alto, médio ou baixo
Social	Apontam que as PCAs podem ser realizadas individualmente ou em grupos, com ou sem colaboração.

Quadro 4. Critérios de classificação das AFAN's (BETRÁN e BETRÁN 1995)

O quadro acima mostra um tipo de classificação para as práticas corporais de aventuras, tendo como referência aspectos que envolvem o ambiente em uma esfera macro. No Maranhão existem diversos grupos que praticam *trkking*, corrida de orientação etc. O impacto que os ambientes causam nas pessoas é muito positivo, pois além de praticar uma atividade físicas, as pessoas contemplam a beleza dos biomas por onde passam.

Levar todas estas características em conta para um planejamento escolar seria exigir um profundo esforço do/a professor/a, bem como complexa ficaria sobremaneira a dinâmica docente em termos de acompanhar processualmente a apropriação dos conteúdos pelas turmas e para uma avaliação formal. (HUMBERTO,2021, p3.).

Em Franco et al. (2014), encontramos uma classificação derivada dali, na qual se mostra um eixo principal de classificação, qual seja, o meio onde a prática é realizada: Terra, Água ou Ar, sendo este eixo um elemento determinante na classificação.

Outra classificação que se destaca, é aquela tendo como ponto de referência as ações da prática divididas em esportes de aventura e de ação quanto ao local de prática.

ESPORTES RADICAIS		
LOCAL DE PRÁTICA	AÇÃO	AÇÃO
Aquático	Surfe, Windsurf, Kitesurf	Mergulho (livre e autônomo), canoagem (rafting, caiaque, aquaride, canyoning)
Aéreo	Base jump, Sky surf	Paraquedismo, balonismo, vôo livre
Terrestre	Bungee Jump, sandboarding	Montanismo (escalada em rocha, escalada em gelo, técnicas verticais, tirolesa, rapel, arborismo), mountain bike (Down hill, cross country), trekking
Misto	Kite surf	Corrida de aventura
Urbano	Escalada indoor, skate, patinsroller, bike (trial, bmx)	Parkour

Quadro 5 - Classificação das AFAN'S quanto ao local da prática (PEREIRA et al., 2008)

Pode-se perceber no quadro acima que muitas dessas modalidades surgiram nos últimos anos, e novas tem surgido a cada dia, muitas bem desconhecidas pelo público em geral. Para (PERREIRA 2010, p.17), as modalidades estão sendo sempre reinventadas, podendo ocorrer modificações e ampliações. Neste sentido, entendendo o período histórico, sociais, dos riscos, e das faixas de idade, havia uma “divisão em esportes de ação e aventura que era própria da Educação Física, que levavam em conta as principais habilidades motoras e capacidades físicas diferenciando-as sem separá-las, com o objetivo de distingui-las melhor.

CARACTERÍSTICAS	ESPORTES RADICAIS	
	AÇÃO	AVENTURA
Habilidade	Predomina a estabilização	Predomina a locomoção
Surgimento	Como atividade de lazer e uso do tempo livre	Como expedição (militar econômica ou científica)
Capacidade física	Predomina a força potente A velocidade das manobras exige força e velocidade	Predomina a resistência A estratégia e a escolham ganham importância
Etimologia	Manifestação de força energia, movimento, comportamento, e atitude	Experiência arriscada, incomuns, perigosos e imprevisíveis.
Objetivo	O lazer é o principal motivo. Urbano e natureza	Forte relação entre lazer e turismo Natureza e Urbano
Local	Espaços construídos e eventos da natureza (onda, vento)	Espaços naturais (a meta é sair de um ponto e chegar a outro)
Público	Média entre 15 e 25 anos	Média de 25 e 35 anos
Perigo	Socorro mais próximo Menor ação do clima	Socorro mais distante, Maior ação do clima
Organização	Existem regras associações e formação de tribos	Existem regras, associações e formação de equipes
Mídia	Busca captar a manobra Relaciona-se com o público alvo na: atitude vestimenta, comportamento e linguagem	Buscar captar uma história Relaciona-se com o público alvo na ecologia, qualidade de vida e meio ambiente.

Quadro 6 – Divisão dos esportes de aventura e ação (PEREIRA et al.,2008)

Pode-se perceber no Quadro 6 que, que a divisão do que se entende por esportes de ação e esportes de aventura depende dos elementos que dão base para o entendimento da classificação, qual seja: a habilidade, o surgimento, a capacidade física envolvida, a etimologia, o objetivo, o local, as pessoas envolvidas na ação, a forma de entendimento do perigo, a organização das instituições de promoção.

As atividades de aventura na natureza são classificadas de acordo com o meio ambiente de prática. Os elementos do ambiente são: terra, água, ar e fogo. No caso das atividades de aventura utiliza-se os elementos terra, água e ar, para

discriminar os tipos de atividade realizadas em cada ambiente. No quadro a seguir, poderemos visualizar os resultados referente as práticas de aventura de acordo com o ambiente:

CLASSIFICAÇÃO DAS MODALIDADE DE ACORDO COM O MEIO	
Modalidades na Terra	Descrição
Caving	Exploração de diferentes tipos de cavernas que se empregam técnicas variadas.
Corrida de Aventura	Prática competitiva que objetiva o deslocamento entre pontos em locais naturais, contendo diversas modalidades de aventura encadeadas.
Corrida de Orientação	Prática competitiva que emprega mapa específico e bússola para navegar entre pontos determinados
Modalidades na Água	Descrição
Canoagem	Prática realizada em mares, lagos, rios, piscinas ou outros espaços e que emprega caiaques, canoas ou botes.
Kitesurfe	Prática que emprega uma espécie de pipa e uma pequena prancha com uma estrutura de suporte para os pés.
Mergulho	Prática subaquática que é realizada com ou sem equipamentos específicos.
Modalidades no Ar	Descrição
Asa-delta	Prática de voo livre que emprega um tipo de asa feita de materiais rígidos, como tubos de alumínio, e flexíveis, como tecidos.
Balonismo	Deslocamento realizado com balões.
<i>Bungee jump</i>	Salto de estruturas elevadas, como plataformas e pontes, por meio de cordas elásticas.

Quadro 7. Classificação das Atividades de Aventura (FRANCO et al. 2014).

Existem diversos autores com classificações diversas atualmente e em continuo estudo, mas o objetivo desse estudo foi relacionar a classificação com a possibilidade de prática pelos alunos da escola, e também com vistas a contemplar as orientações sugeridas pelos documentos oficiais do Brasil no campo educacional. Destaque para a Base Nacional Comum Curricular que veio contemplar essa temática com a chamada: práticas corporais de aventura,

4. ORGANIZAÇÃO, LEGISLAÇÃO, E PROGRAMAS DE GOVERNO

Nesse capítulo estudaremos a organização da produção científica, a legislação nacional sobre as atividades de aventura, e os programas de governo que criaram condições de explorar as práticas de aventura em forma de educação, esporte e lazer.

4.1 ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

A produção científica relacionada às AFAN'S (Atividades Físicas em Ambiente Natureza) é muito relevante, os anais desses eventos registraram resumos de trabalhos, propostas de Grupos de Trabalho (GT), conferências, simpósios e lançamentos de livros. Nas escolas, nas universidades, explorar as AFAN pode proporcionar vivências enriquecedoras, estimulando o repertório motor e a educação ambiental. Esses encontros promovem a troca de conhecimento e experiências entre pesquisadores e profissionais interessados nas AFAN .

A inclusão dessas atividades, alinhada aos documentos orientadores, pode contribuir para uma abordagem mais inovadora na Educação Física

Os congressos das AFANs (Atividades Físicas de Aventuras na Natureza), que tem por objetivo compreender as inúmeras variáveis subjetivas, objetivas, de caráter técnico, de formação profissional e de minimização de situações perigosas, entre diversas outras, as quais já estão presentes em alguns estudos realizados. Para melhor compreensão da aplicação das atividades de aventuras, foi sugerida a criação da CBAA – CONGRESSO BRASILEIRO DE ATIVIDADES DE AVENTURA.

O congresso brasileiro de atividades de aventura, é um evento científico de caráter itinerante, que visa ampliar as discussões sobre o tema nas diversas regiões do país, reunido em tal evento de grande magnitude, pesquisadores, estudiosos, alunos de pós graduações e graduação, além de empresas e diversos órgãos públicos nas três diferentes esferas, a municipal, estadual e federal que possuem interesse no estudo e na pesquisa das AFANs.

Sua criação e primeira versão se deu em 2006, como tema: A aventura no Brasil, no qual estiveram presentes cerca de 70 participantes, foi uma parceria entre o LEL - LABORATÓRIO DE ESTUDOS DO LAZER, e a Federação Catarinense de

Mountain Bike, sendo realizado na região sul do Brasil, mais exatamente em Balneário Camboriú, em Santa Catarina (SC).

A segunda versão deste evento, foi realizada no estado de Minas Gerais, mais precisamente, em Governador Valadares, dessa vez a parceria foi entre LEL e a UNIVALE – Universidade Vale do Rio Doce, no curso de educação Física da referida Universidade, onde buscou-se discorrer sobre as atividades de aventuras e seu impacto no desenvolvimento regional.

A terceira versão do evento se deu no estado do Espírito Santo, o III CBAA com uma parceria entre o LEL, o NUAr - Núcleo Universitário de Ar Livre e a ESFA - Escola Superior São Francisco de Assis, onde a temática explorada foi: Conquistando novas vias.

O IV CBAA- CONGRESSO BRASILEIRO DE ATIVIDADES DE AVENTURA, foi realizado na Bahia, na região da Chapada Diamantina, tendo como parceiros o LEL e a Rede de Ensino FTC – Faculdade de Tecnologia e Ciências, polo de Mucugê, onde o tema abordado foi: Nas Trilhas do Conhecimento Sobre Aventura.

Seguimos agora para o V CBAA, que foi realizado em São Bernardo dos Campos, onde sua temática foi: Entre o Urbano e a Natureza, que tratava da inclusão desse tema na aventura.

A sexta versão, o CBAA focalizou a temática: Esporte e Turismo: Parceiros da Sustentabilidade nas Atividades de Aventura, mais uma parceria do LEL - LABORATÓRIO DE ESTUDOS DO LAZER, e de um mix de entidades de ensino da cidade de Pelotas.

Os CBAA's, cada vez mais vem crescendo e ampliando seu leque de estudos e possibilidades, ao longo deste período, diversas áreas do conhecimento passaram a pesquisar e aprimorar o debate sobre as Atividades de Aventura, inclusive as Normas Técnicas para Turismo de Aventura são criadas, o Ministério do Turismo passa a reconhecer o potencial da Aventura. Os eventos vem contando cada vez mais com a participação de grandes estudiosos no assunto, tornando-se de suma importância para a sociedade, educação e cultura, adaptando-se a cada região do país de acordo com suas peculiaridades de geografia regional, haja vista os seus impactos econômicos de grande relevância, transformando regiões, aumentando o turismo, mudando e melhorando cada vez mais a sua aplicabilidade, graças ao rápido desenvolvimento das tecnologias atuais, trazendo excelentes resultados para as regiões de Brasil.

“[...]Até o momento, o CBAA contabiliza doze edições, sendo que, em 2006 ocorreu em Balneário do Camboriú – SC, 2007 em Governador Valadares – MG, 2008 em Santa Teresa – ES, em 2009 Mucugê – BA, em 2010 São Bernardo do Campo – SP, em 2011 Pelotas – RS, em 2012 Rio Claro – SP, em 2014 quando evento se torna bianual, ocorreu em Vila Velha – ES, em 2016 em Lavras – MG, em 2018 em Diamantina – MG. Em 2021, o evento foi postergado, por conta da pandemia de Covid-19 e ocorreu de maneira remota, sendo organizado pela Universidade Federal de Goiás, Goiânia – GO. Em 2022 aconteceu em Maringá – PR. Como resultado, o evento soma centenas de artigos, comunicações orais, apresentações de pôsteres, além das mesas de debate envolvendo as atividades de aventura.” (XIII Congresso Brasileiro de Atividades de Aventura e VII Congresso Internacional de Atividades de Aventura ,2024).

O CBAA de 2024, realizar-se-á no CEFET/RJ Petrópolis, por intermédio do curso de Bacharelado em Turismo, contará com a colaboração de palestrantes de diversas regiões do país e do exterior, esse evento vem se tornando um polo de reflexões, sendo reconhecido nacional e internacionalmente, já que no ano de 2012, houve a primeira edição internacional do evento, sendo organizado o Congresso Internacional de Atividades de Aventura (CIAA), o qual ocorre simultaneamente ao nacional, nascendo, portanto, o CBAA/CIAA.

4.2 LEGISLAÇÃO E AFAN'S

A norma técnica define os termos comumente utilizados nas diversas atividades de turismo de aventura, incluindo terminologia relacionada à segurança, serviços e equipamentos. Essa norma visa alinhar as práticas brasileiras aos padrões internacionais, promovendo segurança e qualidade nos produtos de aventura e ecoturismo.

As AFANs (ATIVIDADES FÍSICAS DE AVENTURA NA NATUREZA), foi normalizado pela NBR 15500/2007 da Associação Brasileira de Normas Técnicas [ABNT]. Segundo (Alves,M.S.et all,2016) Existem vários termos usados para classificar as atividades físicas que são praticados no meio natural, como não havia uma normatização, diversos estudiosos e pesquisadores do tema, adotavam nomenclaturas diferenciadas para chegar no mesmo objetivo.

Atividade Física de Aventura na Natureza [AFAN] (BETRAN, 1995; TAHARA, 2004; TAHARA; DIAS; SCHWARTZ, 2006; CORRÊA, 2008; COSTA, 2006; FILHO, 2007) foi o termo mais citado na literatura pesquisada. Além de AFAN diversos outros nomes foram encontrados, como Turismo de aventura (LÓPEZ-RICHARD; ALAMINO; SIMÕES, 2007) Atividade de Aventura na Natureza (MARINHO, 2008) e *Ecofitness* (FREIRE, 2015). (Alves,M.S.et all,2016.p434)

Embora haja vários termos citados em artigos, foi a NBR 15500/2007 da Associação Brasileira de Normas Técnicas [ABNT], que normalizou o termo “Turismo de Aventura”, que caracteriza essas atividades como uma prática recreativa que foram adaptadas das atividades de aventura, que essas são oferecidas comercialmente e possuem riscos avaliados, controlados e assumidos.

A NBR 15500/2007, foi cancelada e substituída posteriormente pela ABNT, pela NBR ISO3163:2022 – Turismo de Aventura-Vocabulário. (*Adventure Tourism – Vocabulary*). Este documento estabelece os termos comumente usados em vários tipos de atividades de turismo de aventura, incluindo termos relativos à segurança e serviços. Este documento foi elaborado pelo Comitê Técnico ISO/TC 228, *Turismo e serviços relacionados*.

De acordo com a International Organization for Standardization (ISO) (2024.S/P). “A ISO 20611, a ISO 21101, a ISO 21102 e a ISO 21103 fornecem uma base para que os provedores de atividades de turismo de aventura planejem,

entreguem e informem sobre as atividades de turismo de aventura com a maior segurança possível”.

CERTIFICAÇÃO	DETERMINAÇÃO
ISO 20611	versa sobre os requisitos e recomendações sobre boas práticas de sustentabilidade, seus aspectos ambientais, sociais e econômicos para atividades de turismo de aventura.
ISO 21101	especifica como a organização de turismo de aventura gerencia suas operações em termos de segurança, para as práticas de turismo de aventura.
ISO 21102	especifica os requisitos mínimos e recomendações de competências e os resultados esperados relacionados de competências para líderes de atividades de turismo de aventura
ISO 21103	especifica as informações mínimas que devem ser comunicadas aos participantes e potenciais participantes, sobre a atividade na qual irão participar e os riscos inerentes a ela antes, durante e depois da atividade

Quadro 8. Certificação de padronização de Turismo de atividades e Aventura

Pode-se perceber no Quadro 8 que as certificações estabelecem regras a serem cumpridas pelas instituições, empresas, e pessoas que utilizam as práticas como fonte de recurso, ou como forma de promoção dessas atividades as pessoas. Para a *International Organization for Standardization* (ISO) (2024.S/P) “A terminologia do turismo de aventura é uma forma importante de alinhar termos para melhorar a entrega segura das atividades de turismo de aventura”.

4.3 PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS E AS AFAN'S

O Programa Segundo Tempo do Governo Federal, é uma iniciativa governo que visa democratizar melhorando o acesso às práticas esportivas e à culturais do esporte, promovendo o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens tirando-os de um quadro de vulnerabilidade social, construindo valores, promovendo a saúde e o aprimoramento da consciência crítica e da cidadania. (SILVA, Dirceu Santos et al, p. 07)” O esporte e o lazer, conforme preconizam os artigos 6º e 217 da Constituição Federal, são direitos de cada cidadão, e é dever do Estado garantir o seu acesso à sociedade.”[...] Criado em 2003, o programa é direcionado prioritariamente para estudantes de 6 a 17 anos de áreas de vulnerabilidade social e matriculados na rede pública de ensino.

Para concretizar e materializar o Plano Nacional de Educação (PNE), o Ministério do Esporte conta com Secretarias finalísticas, na sua estrutura, entre estas a Secretaria Nacional de Esporte Educacional (SNEED), que tem a responsabilidade das políticas voltadas ao esporte educacional brasileiro, fomentando políticas públicas de esporte educacionais efetivas, desenvolvidas de uma forma bastante abrangente e continuada, de forma que seus resultados possam ser avaliados quanto à qualidade, eficácia e efetividade de seus objetivos.

Com a implementação de núcleos esportivos, o Segundo Tempo funciona por meio de parcerias entre o Ministério do Esporte e governos estaduais, municipais, do Distrito Federal e organizações da sociedade civil. O programa oferece práticas esportivas orientadas por profissionais qualificados e material didático adequado, visando a formação da cidadania e a melhoria da qualidade de vida dos participantes, além da promoção da inclusão e do respeito às questões de gênero, orientação sexual, raça, etnia e religião.

”Os NEE visam a ocupar o tempo ocioso de crianças, adolescentes e jovens e oferecem, no contraturno escolar (no mínimo três vezes por semana, duas horas por dia em seu modelo padrão), atividades esportivas sob orientação de coordenadores e monitores de Educação Física e/ou Esporte, reforço alimentar e atividades complementares”. (SILVA, Dirceu Santos et al, P09)

Para o programa, o acesso às práticas corporais, atividades físicas e esporte visa a integração e o acesso à prática esportiva e à cultura do esporte, promovendo

o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens em áreas de vulnerabilidade social.

Além de oferecer acesso ao esporte, o programa investe na capacitação de profissionais envolvidos, como professores e monitores. O PST padrão financia, contratação de equipe de trabalho (Professor e monitores), materiais, uniformes.

O Segundo Tempo busca disseminar conhecimentos relacionados ao esporte educacional, tanto no ambiente escolar quanto universitário.

O Programa Segundo Tempo (PST), para o triênio 2023-2026 objetivo é ampliar ainda mais o alcance do programa, reforçando seu papel na união entre esporte e educação como um direito de todos os brasileiros. De acordo com (Ministério dos Esportes, 2024, S/P), “A expectativa para esse novo ciclo é que se estabeleçam 95 núcleos no total, que poderão atender, inicialmente, cerca de 10 mil estudantes e gerar emprego para cerca de 180 professores e monitores de educação física e esporte”.

De com Ministério dos Esportes (2024), para que haja a viabilização para a implementação dos núcleos, é necessária uma parceria entre a SNEAELIS/MESp (Secretaria Nacional de Esporte Amador, Educação, Lazer e Inclusão Social) e governos estaduais, municipais, do Distrito Federal e organizações da sociedade civil.

4. PRÁTICAS CORPORAIS DE AVENTURA NO ENSINO FUNDAMENTAL.

No contexto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), as Práticas Corporais de Aventura podem ser aplicadas no ensino fundamental com o objetivo de desenvolver competências como a autonomia, o trabalho em equipe, a resolução de problemas e a superação de desafios. Além disso, essas atividades estimulam a criatividade, a cooperação e a consciência ambiental.

A atuação dos professores no ensino fundamental é fundamental para possibilitar a inclusão das Práticas Corporais de Aventura no currículo. Eles devem estar preparados para planejar e organizar atividades que sejam adequadas à faixa etária dos alunos, respeitando suas condições físicas e emocionais.

[...] na unidade temática Práticas corporais de aventura, exploram-se expressões e formas de experimentação corporal centradas nas perícias e proezas provocadas pelas situações de imprevisibilidade que se apresentam quando o praticante interage com um ambiente desafiador. Algumas dessas práticas costumam receber outras denominações, como esportes de risco, esportes alternativos e esportes extremos. Assim como as demais práticas, elas são objeto também de diferentes classificações, conforme o critério que se utilize. Neste documento, optou-se por diferenciá-las com base no ambiente de que necessitam para ser realizadas: na natureza e urbanas. As práticas de aventura na natureza se caracterizam por explorar as incertezas que o ambiente físico cria para o praticante na geração da vertigem e do risco controlado, como em corrida orientada, corrida de aventura, corridas de mountain bike, rapel, tirolesa, arborismo etc. Já as práticas de aventura urbanas exploram a “paisagem de cimento” para produzir essas condições (vertigem e risco controlado) durante a prática de parkour, skate, patins, bike etc. (INÁCIO, 2021, p. 02)

Além disso, os professores devem estar atentos à segurança dos estudantes, tomando as devidas precauções para evitar acidentes e lesões. É importante que haja um planejamento prévio das atividades, com uma avaliação dos riscos e a implantação de medidas de segurança adequadas.

Segundo (BRASIL, 2018), desde a publicação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) pelo Ministério da Educação (Brasil, 2018), as Práticas Corporais de Aventura (PCAs) passaram a fazer parte, oficialmente, do rol de conteúdos a serem ministrados nas aulas de Educação Física (EF) nas redes de ensino de todo o país, sejam públicas ou privadas.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), é que determina legalmente os conteúdos e objetivos da Educação Fundamental, e nela aparece de maneira inovadora o conteúdo das 'Práticas Corporais de Aventura', sendo indicado para a EF desde o 6º. ano até o fim do Ensino Médio. Após sua entrada na BNCC, ficou determinado que as PACs, fossem divididas em Práticas da "NATUREZA" e "URBANAS", sendo usada como referência, o ambiente na qual ela é praticada, mas isso não é uma regra absoluta e sim uma forma de referência encontrada para sua melhor compreensão e aplicação. Estas indicações da BNCC nos ajudam a refletir sobre as possibilidades das Práticas Corporais de Aventuras no ambiente escolar e em seu entorno.

Há de se observar também, as características específicas de cada escola e o local onde as mesmas encontram-se, no Brasil, devido às suas características urbanas e rurais, encontraremos escolas com e sem pátio, com ginásio e sem, com áreas abertas, áreas fechadas, umas em centros rodeadas de concreto, com pouco espaço e outras nas periferias e zonas rurais, ou seja, para implantar as PACs na EF, os professores terão um desafio importante e interessante para eles e para os alunos.

Na busca de adquirir um melhor valor pedagógico, vários autores têm apresentado, no âmbito de suas publicações, algum quadro ou listagem para classificar as PCAs. Uma estratégia metodológica importante no processo de ensino-aprendizagem é classificar os conteúdos que se objetiva ministrar em grupos, seja pela sua similaridade ou distanciamento. A classificação dessas atividades já foi demonstrada inicialmente nesse trabalho, não sendo necessário replica-la novamente para efeitos de conteúdo.

Para implementar Práticas Corporais de Aventura no ensino fundamental, é necessário capacitar os professores por meio de cursos e formações específicas. O conhecimento sobre técnicas de escalada, trekking, canoagem, entre outras, é essencial para que os educadores possam transmitir os conteúdos de forma segura e eficiente aos alunos. Essa afirmação é feita por esse autor que vos fala, já que sou militar treinado e com diversos cursos na área, onde utilizamos diversos equipamentos similares ou iguais aos que são necessários aos utilizados em algumas Práticas Corporais de Aventuras.

Dessa forma, a atuação dos professores no ensino fundamental é essencial para oferecer aos alunos experiências enriquecedoras e desafiadoras por meio das

práticas corporais de aventura. Ao promover o contato com o meio ambiente e estimular o autoconhecimento e a superação de limites, os professores contribuem para o desenvolvimento integral dos estudantes, preparando-os para enfrentar desafios futuros e promovendo uma educação mais ampla e significativa.

Nas últimas décadas, vem se debatendo novas recomendações teóricas na educação física, com o surgimento de procedimentos pedagógicos inovadores, onde os docentes querem que os alunos possam adquirir novas aprendizagens sobre a cultura corporal do movimento, aumentando o leque de conhecimentos, vivências e oportunidades de escolas.

Segundo Oliveira et al. (2020, p.19), "É notória afirmar que as práticas geram benefícios aos alunos e possibilitam conhecimento e vivências diferenciadas, tornando discussões a cerca dessa temática moderna e de grande importância".

As Práticas Corporais de Aventuras (PACs), tiveram maior visibilidade com a inclusão da escalada, do *surf* e do *skate* nas olimpíadas de Tóquio no Japão, promovendo ainda mais a sua prática no meio escolar e essas práticas se tornam cada vez mais interessantes à medida que são realizadas em ambiente aberto, proporcionando assim maior contato e interação com a natureza.

As possibilidades de apresentar os conteúdos do meio ambiente presente nas aulas de educação física, abrangem a programação de conceitos associados a temáticas sócio culturais, físicas e turísticas de entretenimento.

As Prática Corporais de Aventuras (PACs), possuem várias possibilidades de serem implantadas nas aulas de educação física. Para Marinho e Schwartz apud Oliveira et al (2020). As Práticas Corporais quando comparadas aos esportes tradicionais, distanciam-se por serem praticadas na natureza e no meio urbano, isso faz compreender que seu modo de execução, objetivos e procedimentos para seus amadurecimentos são outros.

Posto isso Oliveira et al (2020, p.21), "Assim compreendemos e endossamos que as Práticas Corporais de Aventuras são fundamentais para o desenvolvimento motor dos alunos e podem ser aproveitadas de diversas formas nas aulas de educação física".

Partindo dessa afirmação, é notório os benefícios das práticas corporais e aventuras na escola, já que elas trazem prazer e satisfação aos alunos, já que seus conteúdos são desafiadores, gerando maior interesse nos alunos por suas vivências práticas.

No cenário atual, existem grandes dificuldades para as implementações das práticas de aventura nas escolas. A ausência de locais apropriados, ausência de investimento em materiais para suas práticas e uma grande resistência por parte do corpo escolar, por haver um estigma de que suas práticas corporais podem gerar grandes riscos que não se pode controlar à integridade física dos estudantes.

Segundo (BRASIL, 2018), às possibilidades da aplicação das práticas corporais e aventura, a BNCC versa que as práticas corporais devem se construir com as possibilidades da escola por meio material, que devem ser adaptadas por intermédio do que a instituição escolar disponibiliza para que isso seja possível.

Visto isso, Oliveira et al (2020, p.26). [...]” a realidade escolar do Brasil não possibilita haver adaptação das práticas corporais de aventura, visto que não possuem, muitas vezes, Locais como quadra ou até mesmo ambiente natural, assim como materiais para efetivá-las”.

As Práticas Corporais de Aventuras são essenciais a todos os anos da educação básica, tendo em vista todos os benefícios que trazem aos alunos, por meio da Educação Física, proporcionando estímulos adequados a cada período de vida, desde a educação infantil ao ensino médio, devendo ser adaptadas e planejadas observando-se contexto social na qual se insere, o espaço físico, sócio econômico dos alunos e do corpo da escola.

Observando isso acrescentou Oliveira et all (2020). Práticas corporais de aventura proporcionam aos alunos novas experiências, desenvolvendo uma gama de habilidades motoras e proporcionando maior contato com a natureza e isso facilita a interdisciplinaridade, fazendo com que as aulas não se tornem tão repetitivas e ligadas aos esportes convencionais já tão enraizados na cultura escolar.

Por fim, para concluir, podemos afirmar que as práticas corporais de aventura são essenciais para formação da componente curricular Educação Física, fazendo com que os profissionais dessa área percebam sua importância, criando uma relação interdisciplinar, demonstrando que as práticas corporais de aventura são capazes de transformar o ambiente.

É necessário que haja uma mudança de visão correlacionada as mesmas, por causa do suposto risco que elas trazem mais que é minimizado com o uso de equipamentos específicos e adequados, havendo espaços propícios para suas práticas.

5. CONCLUSÃO

As práticas corporais de aventura promovem o desenvolvimento físico, emocional e social dos alunos, elas incentivam a superação de desafios, as tomadas de decisões rápidas e a interação entre grupos. Muitas dessas práticas ocorrem no ambiente natural, ou seja, na natureza. Isso possibilita que os alunos criem maior consciência ambiental da preservação do meio.

A Introdução das práticas corporais de aventura diversifica o currículo de Educação Física, tornou as aulas mais atraentes e motivadoras para os alunos, isso faz com que aumente o interesse e o engajamento dos alunos nessas atividades.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica em 2013, reforçaram a importância de uma Educação Física diversificada e inclusiva, abrindo espaço para a inclusão de práticas corporais de aventura, embora ainda de forma não sistematizada. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) em 1997, foram um marco importante, pois começaram a incluir a diversidade de práticas corporais, embora as práticas de aventura não eram citadas diretamente.

A BNCC destaca a importância de desenvolver competências como pensamento crítico, criatividade, empatia e cooperação. A evolução do estudo das práticas corporais de aventura nos documentos oficiais do Brasil até a sua inclusão na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2017, isso consolidou a inclusão das práticas corporais de aventura como conteúdo oficial nas aulas de Educação Física, havendo um esforço significativo para a formação de professores e a adaptação dos currículos escolares para incluir as práticas corporais de aventura de maneira efetiva e segura.

Esses documentos e diretrizes refletem uma evolução contínua e crescente valorização das práticas corporais de aventura, reconhecendo seu potencial pedagógico e sua importância para a formação integral dos alunos.

Nos anos 2000 em diante, houve um aumento significativo na produção acadêmica sobre práticas corporais de aventura, com pesquisas, com a criação de congressos como o (CBAA) CONGRESSO BRASILEIRO DE ATIVIDADES DE AVENTURA e publicação de vários artigos científicos, destacando seus benefícios pedagógicos, como o desenvolvimento de habilidades motoras, sociais e emocionais.

Mesmo com tudo isso, os professores de Educação Física enfrentam várias dificuldades ao tentar operacionalizar as práticas corporais no currículo escolar. Existem diversos fatores como a falta de formação específica, uma vez que o professor não tem recebido formação adequada, durante a sua formação acadêmica para ensinar práticas corporais de aventura e outras modalidades menos tradicionais. Com isso, pode gerar insegurança na hora de planejar e executar essas atividades por falta de conhecimento e atitudes de segurança que essas atividades requerem.

Outros fatores como os recursos limitados, falta de materiais e equipamentos apropriados é uma barreira significativa, a infraestrutura escolar muitas vezes não possuindo espaços adequados para a realização de práticas corporais diversificadas, a carga horária destinada à Educação Física pode ser insuficiente para abordar todos os conteúdos previstos, também há uma resistência cultural, por parte da comunidade, dos professores e dos gestores da educação, para incentivar a inovação e a diversificação do currículo da educação física escolar.

Por fim, há uma grande barreira para a inclusão nas práticas corporais de aventura, que é adaptar práticas corporais para incluir todos os alunos, especialmente aqueles com necessidades especiais, é um desafio adicional. Essas dificuldades mostram a necessidade de investimentos em formação continuada, recursos materiais e infraestrutura, além de uma mudança cultural que valorize a diversidade de práticas corporais na Educação Física escolar.

REFERENCIAS

Alves, M.S.; De-Bortoli, A.L.; Kirst, F.V.; Messias, S.M.C.; De-Bortoli, R.. **Normalização do Ecoturismo e Turismo de Aventura no Brasil**. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo, v.9, n.3, ago/out 2016, pp.433-444.

ARAÚJO, Luis Gustavo; NOGUEIRA, Frederico; VIEIRA, Antônio Marcus. **Aventura na natureza: perspectivas e práticas**. São Paulo: Editora Phorte, 2017.

BENTO, Jorge. **Esportes de aventura: educação física e aventura na natureza**. São Paulo: Editora Phorte, 2011.

BETRÁN, J. O. **Rumo a um novo conceito de ócio ativo e turismo na Espanha: as atividades físicas de aventura na natureza**. In: MARINHO, Alcyane; BRUHNS, Heloisa Turini (Org.). *Turismo, Lazer e Natureza*. Manole: São Paulo, 2003. p. 157-202.

BEZERRA, Eudes. **A conquista do Everest: Hillary e Norgay no rosto do céu**. Disponível em : < <https://incrivelhistoria.com.br/conquista-do-everest/> > acesso em 21 março 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular [Internet]**. Brasília; 2018 [citado em 2024 Abr 2]. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>>. Acesso em 27 de março 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>>. Acesso em: 20 mar. 2024.

CHAMUSSY, Esther. "**Corpo, aventura e natureza: uma leitura geográfica do turismo de aventura**". In: *Revista de Geografia e Ordenamento do Território*. Vol. 8, n.º 14, 2017.

CORRÊA, E. A.; SOUZA Neto, S. **As atividades de aventura e a educação física: Formação, currículo e campo de atuação**. Conselho Regional de Educação Física da 4ª Região – CREF4/SP,2018.

EVEN3. **XIII Congresso Brasileiro de Atividades de Aventura (CBAA) e VII Congresso Internacional de Atividades de Aventura (CIAA)**. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/xiii-congresso-brasileiro-de-atividades-de-aventura-cbaa-e-vii-congresso-internacional-de-atividades-de-aventura-ciaa-398895/>>. Acesso em: 06, 05 e 2024.

FIGUEIREDO, L. G. B.; CAMPOS, J. G. C. **Turismo de Esportes e Aventura**. 4ª ed. Unidade 2, pp. 37-49. Santa Catarina: Editora: UnisulVirtual, 2011.

FIGUEIRÔA, Silvia Fernanda de Mendonça. **Espaços Institucionais no Brasil Império: A Comissão Geológica do Império do Brasil. Parte I**, Capítulo 4. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001, pp. 111-129.

FRANCO LCP, CAVASINI R, DARIDO SC. **Práticas corporais de aventura**. In: González FJ, Darido SC, Oliveira AAB, editores. **Lutas, capoeira e práticas corporais de aventura: práticas corporais e a organização do conhecimento**. Maringá: Eduem; 2014. p. 101-35.

FRANCO, Laércio Claro Pereira; CVASINI, Rodrigo; DÁRIO, Suraya Cristina. **Práticas Corporais do Conhecimento: Lutas, Capoeira e Práticas Corporais de Aventura**. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2014. ISBN:978-85-7628-601-1.

GRUPO VOLL. **9 esportes radicais mais praticados no Brasil: confira os benefícios**. Blog da Educação Física. Disponível em: <<https://blogeducacaofisica.com.br/tudo-sobre-esportes-radicaais/>>. Acesso em: 08 mar. 2024.

INÁCIO, H. L. D. (2021). Proposta de classificação das Práticas Corporais de Aventura para o ensino na Educação Física Escolar. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, volume (43), número (1), páginas. DOI: 10.1590/rbce.43. e005321

INÁCIO, Humberto Luís de Deus. **Proposta de classificação das práticas corporais de aventura para o ensino na educação física escolar**. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, P.1-8, 2021.

INCRÍVEL HISTÓRIA, 2013. Disponível em: <<https://incrivelhistoria.com.br/conquista-do-everest/>>. Acesso em: 07 mar. 2024.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION (ISO). ISO 3163: Codes for the representation of names of countries and their subdivisions. 1st ed. Geneva: ISO, 2024. Disponível em: <[ISO 3163:2022\(en\), Adventure tourism — Vocabulary](#)> ISO 3163. Acesso em: 8 de julho de 2024.

KARLINSKY, Leandro. **Aventura na natureza: o resgate da experiência corporal**. São Paulo: Phorte, 2015.

LOUREIRO, Luiz Fernando. **Esportes de aventura: conceitos e técnicas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

MARTINELLI, Telma Adriana Pacifico; MAGALHÃES, Carlos Henrique; MILESKI, Keros Gustavo; ALMEIDA, Eliane Maria de. **A Educação Física na BNCC:**

concepções e fundamentos políticos e pedagógicos. Editora Motrivivência, v. 28, n. 48, p. 76-95, setembro, 2016.

MENEZES, Vinícius de. **Esportes de aventura: história, conceitos e práticas no Brasil.** São Paulo: Phorte Editora, 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Base Nacional Comum Curricular.** Disponível em: < <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> >. Acesso em: (23 de março de 2024).

OLIVEIRA, A. A. B.; GONZÁLEZ, F. J.; FRANCO, L. C. P.; SILVA, L. M. F.; RUFINO, L. G. B.; CAVASINI, R.; DARIDO, S. C. **Práticas corporais e organização do conhecimento: Lutas, Capoeira e Práticas,** editora Maringá, V.4, p103-112.

OLIVEIRA, N.C. R; GOMES, C. E.A; ANACLETO, F.N. A (2020). **PRÁTICAS CORPORAIS DE AVENTURA NA BNCC: análise das propostas e as dificuldades do corpo docente.** Revista Brasileira de educação escolar, ano VI, vol.2, P 07-33.

MINISTÉRIO DOS ESPORTES. Programa Segundo Tempo (**PST**).. Disponível em:< <https://www.gov.br/esporte/pt-br/acoes-e-programas/programa-segundo-tempo-pst>>. Acesso em:6 de julho de 2024.

PUCHALSKI, Cristina Maria de Souza; NACIF, Mariana Moura. "**Práticas corporais de aventura: natureza, cultura e sociedade**". In: Motriz: Revista de Educação Física, v. 22, n. 4, 2016.

REIS, Helder; VIANNA, Elton. **Aventura, corpo e cultura: reflexões sobre práticas corporais contemporâneas.** Rio de Janeiro: Shape, 2019.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ. **Educação Física Paraná.** Disponível em: <<http://www.educacaofisica.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=218>>. Acesso em: 09 mar. 2024.

SILVA, Dirceu Santos et al. **Programa Segundo Tempo: uma revisão sistemática da principal política pública de esporte educacional no Brasil.** Movimento, v. 29, p. e29011, 2023.

VARGAS, Rafael. **Montanhismo: técnica e prática.** São Paulo: Editora Manole, 2015.

VARGAS, Rafael. **Aventura na natureza: perspectivas e práticas no Brasil.** São Paulo: Editora Manole, 2016.